

oposto, no caso, foi sentir que, no ato de criação da Constituinte e em sua concretização, o problema da liberdade vinha inserido no da Independência — e o que a repugnava era a liberdade, não a independência.

A cisão entre a esquerda e a direita se pontilharia, daí por diante, pela violência. E, como sempre acontece, a direita não trepidaria em fazer coro com o inimigo, o dominador português, no caso. O fato é que a direita temia a Independência, como tantos pretensos revolucionários que, no fundo, temem a revolução. Temem que ela lhes escape, que se realize realmente, que se torne autêntica. Ora, o que a direita menos desejava era a Independência autêntica. Pretendia uma separação em que não se rompesse com o passado, sem quebrar a louça, sem arranhão na estrutura colonial. Permitir a existência de poder de origem popular, como a Constituinte, que desempenharia, além disso, tarefa legislativa, era grave lesão aos seus interesses e ameaça gravíssima ao destino da classe que vinha dirigindo o processo, pelos seus elementos mais válidos.

Assim, enquanto, de Lisboa, as Cortes criticavam a reunião do Conselho de Procuradores, enviava reforços ao general Madeira, tomava as medidas para o retorno do regime de monopólio de comércio colonial, Ledo e a esquerda redigiam o “Manifesto aos Brasileiros”, enquanto José Bonifácio e a direita redigiam o “Manifesto às Nações”. Ambos combatiam a posição das Cortes — a repulsa ao retorno do regime de monopólio as unia — mas enquanto, no primeiro, tocava-se apenas de leve no problema da união entre Brasil e Portugal, no segundo se punha na boca do príncipe compromisso deste teor: “Prometo. . . que não desejo cortar os laços de união e fraternidade que devem fazer de toda a nação portuguesa um só todo político bem organizado”. A direita se aproximava dos dominadores, portanto. Na Bahia — onde *O Constitucional* sustentava luta árdua e perigosa, face às baionetas de Madeira — o *Semanário Cívico* metia a ridículo a idéia de elevar-se a Estado um território colonial, em referência direta ao documento redigido por Ledo. Na sua audaciosa crítica, o jornal dos dominadores mostrava como não tinha nenhum sentido sério a elevação do Brasil à categoria de Reino, não passando de manobra destinada a embair a vaidade dos brasileiros: Angola e Algarves também eram reinos. . . (29)

A 20 de agosto, em reunião da maçonaria, Ledo propõe “a proclamação da nossa Independência e da realza constitucional”, sendo sua proposta aprovada por unanimidade e decidindo-se enviar emissários a todas

(29) É interessante assinalar como, ainda hoje, se procura embair os incautos com a tese de que essa elevação a Reino tinha significação, até mesmo em compêndios didáticos. Para determinada corrente da historiografia brasileira, dominante no ensino oficial, a posição é a de quem se desculpa de termos tido a insanidade de nos emanciparmos de Portugal.